

Militarização da Amazônia

Jarbas Passarinho

Encarregar os militares de impedir a ação de pequenos grupos na floresta parece-ne insuscetível de resultados

Em entrevista ao JB, domingo passado, o conceituado cientista Drauzio Varella disse que "o Brasil não está trabalhando nem deixando que se trabalhe com a floresta", o que atribui a uma neurose. Se alguém causa dano à mata usando uma motosserra, acrescenta

o doutor Drauzio, ninguém liga, mas se chega com uma tesourinha de podar, "fica todo mundo enlouquecido", porque estão roubando nosso patrimônio. Essa politização alarmista do assunto, reclama ele, torna difícil a discussão científica e comercial.

Com a larga experiência que tem, de dezenas de viagens de pesquisas científicas na Amazônia, salienta que a pesquisa de campo, com a coleta de amostras vegetais de milhares de plantas existentes, permite facilmente o furto de uma simples folha posta dentro de uma caneta Bic a ser levada para um laboratório no exterior, que acaba patenteando, como já aconteceu com o urucum por uma companhia cosmética francesa. Como antídoto para a biopirataria a que está exposta a floresta amazônica, sugeriu o ilustre cientista "a transformação da Amazônia num grande laboratório militarizado, protegendo nossas riquezas, a Marinha com lanchas potentes, o Exército cercando estradas, Aeronáutica controlando e

derrubando vôos suspeitos".

Nada obstante o alto respeito pela reputação do doutor Drauzio, ousou julgar descabida a sua proposta. Também tenho certa experiência da Amazônia, não só porque meu umbigo está enterrado à margem esquerda do Rio Xapuri, afluente do Rio Acre, de onde aos quatro anos de idade fui para Belém, onde vivi a infância e a adolescência. Mas principalmente porque, oficial do Exército, meus últimos 10 anos de vida castrense foram passados no Comando Militar da Amazônia, uma grande unidade de que fui chefe do Estado Maior. Tínhamos a responsabilidade de proteger nossas fronteiras que, da Guiana Francesa até o Guaporé, cobriam mais de 11 mil quilômetros, em face de sete países vizinhos.

Nossa soberania era garantida praticamente de maneira simbólica. Impossível mobiliar essa imensa frente de maneira linear e contínua. Ainda que aumentados os efetivos, como agora se dá, é quase impossível poder barrar penetração de pequenos grupos inimigos, tantos são os meandros da potamografia do grande vale amazônico. Como assegurar que o Exército, barrando o caminhos das estradas, a Marinha com lanchas potentes vigiando os rios e a Aeronáutica controlando o espaço aéreo possam evitar que um estrangeiro – ou um brasileiro vendido – colete um única folha de planta pesquisada, ponha-a na caneta Bic, ou na palma da mão, e a desvie para a pesquisa de laboratório das multinacionais e posterior patenteamento, produzindo remédios

por cujo uso pagaremos royalties?

Outro, naturalmente, deve ser o meio efetivo de evitar o que se teme hoje, de maneira tão emocional, que o cientista brasileiro denominou de "neurose de biopirataria", fruto de uma politização que enxerga perturbadora até para a pesquisa legal. De resto, não será recente a possibilidade de já ter a biota amazônica sido alvo de apropriação ilegal. O renomado médico citou o urucum, mas conheço caso de um mestiço de mãe índia e pai holandês que, na pesquisa de campo na região de Roraima, selecionou plantas medicinais cuja patente obteve tranquilamente na Holanda. Ouvi o testemunho disso num seminário realizado ano passado no Superior Tribunal de Justiça. O projeto Sivam, com o conseqüente Sipam (proteção da Amazônia), assegurará, em termos aceitáveis, a vigilância da imensa floresta, proporcionado dados para a sua proteção contra o desmatamento predatório e o curso do narcotráfico. Mas encarregar os militares de impedir uma ação individual ou de pequenos grupos na floresta, com "uma tesourinha de podar", parece-me missão insuscetível de bom resultado, para a qual as Forças Armadas não estão preparadas nem poderão estar. Com o devido respeito pelo doutor Drauzio, diria que é um despropósito.

Desde meu tempo de atividade no Comando Militar da Amazônia que acompanhávamos o comportamento suspeito de estrangeiros, alguns possivelmente pseudoministros de confissões religiosas protestantes. Naquele tempo, distante 40 anos dos dias de hoje, a preocupação era com a nossa riqueza mineral e não com a biota, hoje a mais merecedora de atenção. O subsolo já prescinde, no trabalho inicial, pelo menos, da pesquisa de campo. Os satélites são suficientes.

Não posso, porém, deixar de estranhar as palavras do doutor Drauzio Varella a respeito dos militares, no passado recente. Não entendo sua frase: "Ficamos com ódio dos militares nos anos 60". Nossa consciência – e a História comprova quando não escrita pelos revanchistas – diz que cumprimos nosso dever (nessa ocasião reclamado vigorosamente pela mídia, o JB inclusive com seus editoriais vibrantes) de impedir que o Brasil se transformasse num dos "muitos Vietnams prometidos por Che Guevara". Negar erros praticados é impossível, mas fazer um balanço só desses erros, sem nenhum acerto, não é compatível com um cientista.

Rubem Grilo

